

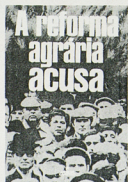
alavanca

1.º DE MAIO
CGTP-IN

COMBATIVIDADE E CONFIANÇA



NOVIDADES



A REFORMA AGRÁRIA ACUSA

Contém os documentos fundamentais do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária, incluindo os depoimentos das 41 testemunhas apresentadas ao Tribunal.

Um livro indispensável para o conhecimento da Reforma Agrária e da actual ofensiva para a sua destruição.



ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

Um livro que ensina a comer melhor com aquilo de que se dispõe.

Elaborado em bases científicas por um médico endocrinologista.

Alimentação e Saúde apresenta ao leitor, de forma acessível e didáctica, o valor nutritivo dos alimentos correntes em Portugal e ensina a combiná-los em refeições que satisfaçam as necessidades vitais do organismo.

POPULARES
LIVRARIAS

CDL

AS SUAS LIVRARIAS

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS
ESCOLARES • DISCOS • CASSETTES • ARTESANATO
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS
• BRINQUEDOS

ANGRA DO HEROISMO

LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rainha D. Amélia, 78-80 — Angra do Heroísmo

BEJA

LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua de Mértola, 89 — Beja

COIMBRA

INTERLIVRO
Terreiro da Erva, 6 — Coimbra

EVORA

LIVRARIA BENTO DE JESUS CARAÇA
Rua Alarcova de Baixo, 13 — Évora

FARO

LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.ª de Dezembro, 13 — Faro

LISBOA

INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A — 1000 Lisboa

CDL

Avenida Santos Dumont, 57-C — 1000 Lisboa
OLVAIS SUL — LIVRARIA POPULAR DOS OLVAIS
Rua Cidade de Quelimane, 3-C — Olvaís Sul

MARINHA GRANDE

LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua Antonio Campos Júnior, 3-C — Marinha Grande

PORTO

LIVRARIA AVANTE
Rua de Aviz, 26 — Porto

SANTARÉM

LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém — Santarém

SETUBAL

LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida 5 de Outubro, 180 — Setúbal

VIANA DO CASTELO

LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 — Viana do Castelo

VILA FRANCA DE XIRA

LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Sampa Pinto, 77 — Vila Franca de Xira

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRIGIDA

Avenida Santos Dumont, 57-C — 1000 Lisboa

REDA
IMPRE
-CEN

alavanca

CGTP-IN

N.º 36 - MAIO DE 1980

**Órgão mensal da Confederação Geral
dos Trabalhadores Portugueses
Intersindical Nacional**

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

Director JOSÉ LUÍS JUDAS

Livros recebidos	4
Editorial	5
Conflitos laborais	6
As sociedades multinacionais e a revolução portuguesa	8
Liberdade de Imprensa e direito à informação, violados pelo governo «AD»	10
Formação escolar e profissional da mulher	12
1.º de Maio - Trabalhadores exigem governo «AD» para a rua	14
Formação sindical - Ler mais e reflectir para agir melhor	16
Nova lista das doenças profissionais	18
1980 - Um Plano e um OGE contra os trabalhadores	19
A CGTP-IN e o Mundo	20
II Festival de Teatro de Amadores	23
Teatro, Cinema e Desporto	24

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 36 PÁGINAS

Incluindo um destacável alusivo
ao IV Centenário da morte de Camões

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Victor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX

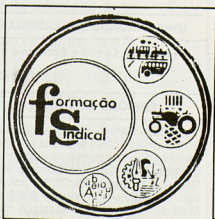
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VITOR CORDON, N.º 1, 2.º 1294 LISBOA CODEX. COMPOSTO E IMPRESSO NA RENASCENÇA GRAFICA, SARL - RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA. DISTRIBUIÇÃO: CGL - CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA



Mudam-se os tempos, mudam-se as
Ventosidades
Muda-se o ser, muda-se a confiança.
Todo o mundo é composto de mu-
danças,
Tomando sempre novas qualidades



1.º de Maio - Marco histórico da luta dos trabalhadores de todo o Mundo. Exemplo presente de uma luta continuada.



A Formação Sindical baseia-se na luta e na acção organizada dos trabalhadores contra o sistema de exploração capitalista e imperialista

LIVROS RECEBIDOS

EDITORIAL CAMINHO

«A Reforma Agrária Acusa» — da Comissão Promotora do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária; «Leis sobre o Poder Local (Legislação actualizada e anotada) — I Volume; e II volume: «O novo regime sobre finanças locais»; «A Luz que rompe as trevas», por Alex La Guma, tradução de Paulo Costa; «Os Plátanos de Barcelona», por Victor Mora, tradução de Manuel de Seabra; e «Nosso Sangue», por Jesus Lara, tradução de Caliado Trindade e Mário de Sousa.

CENTRO DE ESTUDOS DEMOCRÁTICOS — INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS

«La Population noire de l'Angole» n.º 6 por Carlos A. da Costa Carvalho.

MULTINOVA

«Despertar na Campina», por Mário Ronaldo Calado; e «Tempos de Mândança», por Mário Rocha.

EDITORIAL NOVOSTI

«URSS — Formas e Métodos de Cooperação dos Camponeses»

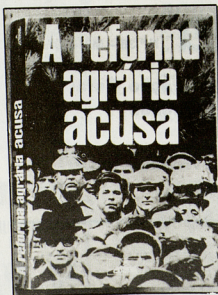
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

«Revista de Direito e Economia n.º 2»

EDIÇÕES «AVANTE!»

«Dossier Nato» — Colectivo das Edições Avante; «Crise e Queda dos Governos PS — Da contra-revolução legislativa à formação do Governo PS/CDS»; O Governo PS/CDS, por Alvaro Cunhal; «As greves de 8 e 9 de Maio de 1944»; «Da tempestade nasceram — relatos da Revolução de Outubro», por diversos autores; «Ciências Sociais — 1.º trimestre 1980 da Academia das Ciências da URSS»; e «Revista Internacional — Problemas da Paz e do Socialismo — Janeiro 1980».

4



GABINETE DE INVESTIGAÇÕES SOCIAIS

«Análise Social n.º 59» — Segunda Série Vol. XV 1979.

FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

«IV Conferência Sindical Mundial sobre problemas de las Mujeres Trabajadoras» (Nicósia 15-19 Outubro 1979).

LIVROS HORIZONTE

«A Revolução Francesa» 2.º volume por Albert Soboul; «O Igualitarismo Agrário e Socialismo Utopico na Transição do Feudalismo para o Capitalismo em França no século XVIII», por Hernâni A. Resende; «As crianças, todas as crianças», por Matilde Rosa Araújo; «O Cavaleiro sem espada» por Matilde Rosa Araújo, com ilustrações de Maria Kell; «Cyborg», por Alexandre Vargas; «História Geral do Socialismo» vol 6 — sob a direcção de Jacques Droz; «A Esperança Agredida» (3.ª edição) por José Manuel Mendes; «Helena e a Cotovia» por Sidónio Muralha, com ilustrações de Fernando Lemos; «Política Económica — Portugal nos sec. XIX e XX» por Miriam Halpern Pereira; e «A Revolução Francesa» por Albert Soboul 1.º volume.

EDIÇÕES SÍMBOLO (São Paulo — Brasil)

«O Sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944, seu significado político» por Leticia Bicalho Canêdo.

TRICONTINENTAL EDITORA LDA.

«Guia Terceiro Mundo 1980

EDIÇÕES RÓ

«A Guerra dos botões» de Louis Pergand, tradução de Guilhermina A. Gomes; e «Cantigas em ponto pequeno», de José Jorge Letria, com prefácio de José Barata Moura.

EDITORIAL ESTAMPA

«Obras de Augusto da Costa Dias — Almeida Garrett — Lendas e Narrativas» «Nas Encruzilhadas da Grande Guerra (Portugal-Espanha 1913-1919), por Hipólito de la Torre Gomez; e «Trabalho e Economia, Progresso e Bem-Estar» por Todor Jivkov.

EDIÇÕES PROFIZDAT

«Los Sindicatos URSS/EE.UU. — Estudios Comparativos» por George Morris; «Asi vive una familia obrera» 1979; e «El Contrato Colectivo en la URSS», por Larisa Pisareva e Igor Riázhskij.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

«World Industry Since 1960: Progress and Prospects»

OFFICE MUNICIPAL DES MIGRANTS DE CRETEIL-FRANÇA

«Le rôle économique des travailleurs immigrés et leurs revendications» (Conférence-débat de la Quinzaine des Migrants — 4 Mai 1979).

UMA EXIGÊNCIA NACIONAL

ESTE número sai após uma sucessão de 3 edições dedicadas ao III Congresso e às suas conclusões.

Em Fevereiro o «Alavanca» encimava o seu editorial sob o título «vai caindo a máscara do Governo do Capital».

Foi com plena consciência da natureza de classe do Governo Carneiro/Amaral que o III Congresso aprovou o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores portugueses e apontou a luta de massas como única solução para que tais objectivos fossem conseguidos.

A previsão foi correcta. Desde então, o Governo «AD» nada mais fez que desprezar as posições dos trabalhadores e desenvolver uma política de atraso e dependência económica no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e do País.

É uma política clara e exclusivamente virada para a defesa e protecção dos interesses restauracionistas dos grandes monopolistas e agrários que apoiaram e beneficiaram com o regime fascista de Salazar e Caetano.

Hoje para o povo português a máscara do Governo já caiu completamente: é um Governo contra os trabalhadores, contra as conquistas de Abril, contra a Democracia, as instituições e a independência nacional.

A resposta que tem sido dada pelos trabalhadores e que atingiu excepcional dimensão na jornada do 1.º de Maio, tem obstado aos intentos reaccionários do Governo.

Devido à luta dos trabalhadores o Governo tem recuado e sofrido reveses importantes: na Petrogal e nos CTT os trabalhadores furaram as intenções de impor um teto salarial de 18%; as leis golpistas do recenseamento eleitoral e de delimitação dos sectores foram derrotadas pelo CR; na Comunicação Social o recuo nas práticas discriminatórias e censórias é evidente; na política externa a sua subserviência ao imperialismo teve a paga na humilhante digressão eleitoralista a Inglaterra; os seus expedientes golpistas foram ridicularizados no triste episódio da tentativa de promulgação da lei do recenseamento pelo dirigente da AD, que ocupava interinamente o lugar de PR.

Nenhum trabalhador, nenhum democrata, nenhum patriota, ninguém que queira o progresso e ame a liberdade e a paz pode estar descansado enquanto governar a equipa de Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Cada dia que passa é utilizado pelo Governo para continuar a sua escalada reaccionária.

A EXIGÊNCIA DE DEMISSÃO DO GOVERNO É UMA EXIGÊNCIA NACIONAL

Por isso impõe-se que os trabalhadores respondam ao apelo da CGTP-IN e se mobilizem para o próximo dia 21 de Junho por esse objectivo.

A LUTA CONTINUA SÁ CARNEIRO PARA A RUA!

Conflito da Petrogal

As negociações da revisão do ACT iniciaram-se em Março assumindo desde logo a empresa uma atitude intransigente, mantendo a sua inicial proposta salarial, não fundamentando com base na situação económico-financieira da empresa, mas sim somente na política económica do Governo.

Os trabalhadores da Petrogal, depois de frustradas todas as possibilidades de negociação, viram-se na necessidade de recorrer a formas de luta levando a cabo primeiro uma paralisação de um dia e posteriormente de 3 dias. O Governo, tentando impedir o exercício de um direito consagrada na nossa Constituição — o direito à greve — decretou uma ilegal requisição civil e manda instaurar proces-

sos disciplinares a 8 trabalhadores.

Os trabalhadores souberam dar uma resposta firme; perante estas manobras do Governo, reforçaram a sua unidade e dispuseram-se a lutar pela defesa dos seus 8 camaradas de trabalho, não admitindo o seu despedimento, levando a cabo uma nova greve de mais 3 dias.

A partir dessa data a luta dos trabalhadores da Petrogal tinha dado um salto qualitativo: já não se lutava só pela melhoria salarial, mas também e fundamentalmente pela defesa dos 8 trabalhadores suspensos.

Nos contactos feitos nada foi garantido, e muito menos pela entidade que em última análise iria ter a decisão final sobre o assunto — o Ministério da Indústria.

Esta atitude de com-

pleto alheamento dos Ministérios levou à radicalização da luta e assim os trabalhadores marcam uma nova greve, esta com a duração de 7 dias (entre 12 e 19 de Maio).

A esta greve não adere a FETESE, que, apesar de não ter tido da parte dos Ministérios garantia de que os trabalhadores não seriam despedidos, considera que estão criadas as condições para se continuar a negociar. Esta atitude foi apelidada pelos trabalhadores da Petrogal de tração, já que quebrou a unidade até então existente que tinha levado a um recuo da parte do Conselho de Gerência e do Governo, em matéria salarial.

Tanto o conhecimento das notas de culpa (divulgadas em 13/5/80) como a garantia do Ministério da Indústria na

audiência concedida à Federação da Química nesse mesmo dia, permitiram obter garantias mínimas de que os 8 trabalhadores não seriam despedidos, o que levou ao levantamento da greve a partir do dia 16/5/80.

Os trabalhadores durante este processo mostraram a sua alta consciência de classe lutando firmemente e sem recuos na defesa dos seus camaradas suspensos e por melhores condições de vida.

A luta vai continuar. Os trabalhadores estão atentos e saberão dar a resposta adequada a novas manobras com o intuito de os dividir e de lhes impedir que rapidamente o seu ACT seja publicado.

Estão mobilizados para a continuação da defesa dos seus companheiros suspensos.



NEGOCIAÇÕES DO ACT SALARIAL DOS CTT

O aumento da massa salarial de 250 mil contos é o resultado da luta dos trabalhadores

Obrigados pela intransigência do CA e do Governo a usarem formas de luta que chegaram à paralisação total, os trabalhadores do CTT viram agora os primeiros resultados da sua persistência e da forma organizada como se opuseram às propostas ridículas de aumento da massa salarial avançadas pelo CA e pelo Governo. Utilizando as mais variadas formas de luta, os trabalhadores dos CTT fizeram recuar o CA e o Governo, conseguindo destes um aumento de massa salarial de 250 mil contos.

A proposta inicial do CA e do Governo dava apenas para aumentar as diuturnidades no ridículo valor de 50\$00. Em reunião tida no dia 20 de Maio, de tarde, e precedida de grandes manifestações em Lisboa e Porto, o CA e o Governo acabaram por ceder às justas reivindicações (as mais elementares) da Comissão Negociadora Sindical. «A Unidade e o espírito combativo demonstrado, quer nos dias de greve geral, quer na greve às horas ex-

tras e condução por acumulação, bem assim como o demonstrado nas grandiosas concentrações dos trabalhadores dos CTT, foi a resposta mais vigorosa que estes podiam dar ao Governo e o CA, e que os obrigou a abandonar as suas manobras demagógicas e desmobilizadoras...» lê-se num comunicado difundido aos trabalhadores pela CNS. No mesmo documento a CNS considera estarem criadas as condições mínimas para se avançar nas negociações e se alcançar uma solução negociada mais justa.

«Esta proposta de aumento global apresentada pelo Governo e CA — revela a CNS — dá para as diuturnidades a 750\$00, subsídio de refeição a 100\$00 e 20% para a tabela salarial».

Finalmente a CNS sublinha o facto de nunca se ter furtado ao diálogo que lhe permitisse encontrar as soluções mais justas. «Assim saibam o Governo e o CA, daqui em diante, tomar a mesma atitude que a CNS.»

5 ABRIL 1980

IIª FESTA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA EUROPA

de solidariedade com a CGTP-IN
(arredores de Paris)
ST-OUEN-GINASCIO ILE DES VANNES

CARLOS DO CARMO JORGE LETRIA
JULIA BABO ARY DOS SANTOS

GRUPOS FOLCLÓRICOS E ARTISTAS DA EMIGRAÇÃO

das 14h às 24h

organizada pela AOP e outras
associações

Associação de Emigrantes Portugueses em França

Semana do Emigrante 1980

A CGTP-IN promove, como vem sendo habitual, de 9 a 16 de Agosto, a Semana do Emigrante 1980. Esta realização, para além de acolher os milhares de trabalhadores Emigrantes que se deslocam ao nosso país em gozo de férias, e proporcionar-lhes convívios e festas populares que os façam recordar a terra que os viu nascer, visa, também, esclarecer os nossos compatriotas sobre a actual situação política portuguesa, através de colóquios, reuniões e sessões de esclarecimento.

A CGTP-IN, como organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores portugueses e conhecedora dos graves problemas que afectam os trabalhadores emigrados e, bem assim, da falta de respeito evidenciada pelo actual governo pelas suas justas reivindicações, prosseguirá a luta que tem vindo a desenvolver, no sentido de acautelar os verdadeiros direitos e interesses dos trabalhadores emigrantes.

A exemplo do que, recentemente, se passou em Paris, na II Festa da Emigração na Europa de apolo à CGTP-IN, na qual cerca de cinco mil trabalhadores manifestaram o seu apolo à nossa organização e, também, nas sessões realizadas no Canadá, para festejar o 25 de Abril, que contou com a participação de um elemento da CGTP-IN, estamos certos que a Semana do Emigrante contribuirá para a necessária unidade entre os trabalhadores, dentro e fora do País, na defesa do Portugal livre e democrático, que todos nós ambicionamos.

AS SOCIEDADES MULTINACIONAIS E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

DO balanço que já hoje se pode fazer dos primeiros seis anos de processo revolucionário em Portugal, é patente a insuficiência ou a incapacidade do mesmo em pôr cobro à acção nefasta das sociedades multinacionais que, desde sempre, viram no nosso País (leia-se regime) especialmente durante o período fascista, um excelente palco de acção para a conquista em espiral do máximo lucro.

Em 25 de Abril caiu o regime fascista, a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios ligados ao imperialismo. Se é verdade que se dissolveu grande parte do aparelho fascista e se destruiu a estrutura dos monopólios, e dos latifúndios que se criaram novas estruturas de produção em muitos sectores fundamentais da economia, muito pouco foi conseguido na luta contra a acção do imperialismo, nomeadamente contra as sociedades multinacionais.

Após o período ascendente do processo revolucionário português, principalmente a partir do VI Governo provisório, o poder político, desde então nas mãos da direita, tem dado as maiores facilidades à consolidação, estabilidade e até fomento da acção das multinacionais.

O balanço desta acção, feito pelo Seminário sindical denominado «A Acção Sindical face às sociedades multinacionais» realizado entre os dias 10 e 13 de Abril último, organizado pela CGTP-IR em colaboração com a Confederação Mundial do Trabalho, é um documento objectivo e, talvez, o primeiro passo sério no desmontar de uma estratégia capitalista que, a prosseguir, só piorará as condições de vida do povo português, entregando as rédeas da economia nacional nas mãos do imperialismo.

O desenvolvimento das sociedades multinacionais constitui um movimento de internacionalização do capital, das trocas, dos meios de pagamento e de domínio de mercado. Esta acção não passa «por cima



dos países» mas desenvolve-se bem no seio dos mesmos. Depois do 25 de Abril de 1974, Portugal sofreu

todas as formas de cerco e sabotagem. As sociedades multinacionais, à banca internacional, com a ajuda activa da do Fundo Monetário Internacional, da OCDE e da CEE, coordenaram as suas acções no sentido de neutralizarem as conquistas do 25 de Abril e de restabelecerem os interesses do capital privado.

A influência negativa da acção das multinacionais não se limita apenas aos países onde produzem e vendem os seus produtos, mas também transformam as condições de vida dos trabalhadores, o equilíbrio económico, as relações sociais, a política dos diversos Estados e as relações internacionais.

Ao monopolizarem os mercados, destroem as outras empresas e determinam a política dos próprios governos.

acção das multinacionais em Portugal

CONSTATASE que a acção das sociedades multinacionais em Portugal tomou duas formas: uma directa e outra indirecta. Hoje as sociedades multinacionais já controlam directamente uma parcela significativa da actividade económica portuguesa, nomeadamente os sectores de resinas e fibras sintéticas (100%), produção de gás (100%), material eléctrico e electrónico (75%), fabricação de tintas e vernizes (75%), montagem de automóveis (75%), especialidades farmacêuticas (75%), etc.

Quanto ao controlo indirecto constata-se que este é também muito elevado, quer através da dependência de sectores de actividade económica nacional em relação a produções de filiais de multinacionais (por ex., a Soda Póvoa, que é uma empresa monopolista que abastece directamente 40% da indústria transformadora portuguesa e indirectamente cerca de 90%) quer através da dependência tecnológica, por

meio da qual as multinacionais conseguem impor sérias restrições à actividade económica portuguesa.

Como dissemos atrás, é a partir de 1976 que a acção das multinacionais em Portugal se vê aumentar, como resultado de todo o tipo de facilidades que lhes têm sido concedidas pelos sucessivos governos.

São exemplos concretos desta evolução o aparecimento do grupo monopolista MDM, que resultou da associação de dois grandes bancos multinacionais (o Morgan e o Deutch Bank) com os Mellos, o qual já se apoderou de 4 fábricas de sector têxtil (Mondex, Ritex, Calcex e Outex), bem como da Uniteca e da Cifa.

Por outro lado, a penetração do capital internacional em Portugal, e consequentemente o aumento do seu domínio, está a ser feito através de associações de empresas nacionalizadas ou do próprio Estado com as multinacionais, para a realização de projectos comuns (projecto Renault, Ford).

o boicote à revolução portuguesa

A Acção das multinacionais em Portugal tem-se traduzido por um boicote contínuo e coordenado à Revolução Portuguesa, por um ataque sistemático aos direitos e interesses dos trabalhadores, pela intensificação da exploração dos trabalhadores e por uma interferência permanente na situação política nacional.

Desde a Revolução de Abril são precisamente nas filiais das multinacionais que se verificam os maiores despedimentos em massa: 900 trabalhadores na Aplid Magnetic; 200 na DE Electrónica; 1207 na Signetex; 465 na Siemens; 140 na Facel; 450 na Preh; 850 na Plessey; 45 na Philips; 150 na Wstinghouse EFACEC; 600 na WALFAR; 46 na Marriot, etc., bem como as tentativas, já em 1980, de despedir 1256 trabalhadores na PLESSEY; 3 de 280 na ITT Standard. Só nestes exemplos, o número de trabalhadores despedidos pelas empresas multinacionais no âmbito dos despedimentos colectivos perfaz cerca de 7000 trabalhadores.

Igualmente a nível das empresas continuam a verificar-se ataques aos direitos e interesses dos trabalhadores, em clara violação das próprias leis em vigor. Recordemos o despedimento dos 46 trabalhadores da MARRIOT, sendo depois, uma grande parte deles contratados a prazo; a violação da liberdade sindical na MACONDE que levou a 65 dias de greve; a instauração de processos disciplinares na Lever que levou ao despedimento de 3 trabalhadores; a repressão na CIFA depois de ter sido comprada pelo grupo monopolista MDM; a existência de 600 trabalhadores a prazo na GRUNDIG, assim como a redução imposta pela multinacional de 2 dias de trabalho por semana, sendo o respectivo salário suportado em 50% pelo Fundo de Desemprego (portanto pelos trabalhadores), apenas 35% pela empresa e 15% directamente pelos trabalhadores, o que representou para eles um prejuízo de 50.000 contos de salários.

Constituem também verdadeiros ataques aos direitos e interesses dos trabalhadores a falta de respeito que merece a sua saúde, a qual se traduz por um elevado número de desastres mortais ou de doenças profissionais verificadas em várias filiais de multinacionais (na Beratt Tin & Wolfram verificaram-se em 1975 e 1976 cerca

de 1381 casos de silicose, o que corresponde a 1 caso por semana).

As filiais das multinacionais em Portugal, com o objectivo de dividir os trabalhadores, de os afastar da luta comum, de tornar mais fácil a sua exploração da (des) informação e da manipulação dos trabalhadores procurando criar um espírito corporativo.

No entanto as organizações dos trabalhadores e os trabalhadores em geral, apesar de todas as dificuldades, têm desenvolvido uma luta heróica contra o boicote, a repressão e a violação das leis por parte das multinacionais, tendo obtido importantes vitórias, como são exemplos, a reintegração de 1200 trabalhadores na ALGOT, cuja laboração esteve suspensa mais de um ano; a reconversão de uma parte da produção da OLIVA e consequente diminuição da dependência em relação à ITT quanto à colocação da produção; na Robbialac a conquista do direito à informação sobre a situação económica e financeira da empresa e aumentos salariais importantes, etc.

No ataque à Revolução Portuguesa e aos direitos dos trabalhadores, as sociedades multinacionais

utilizam uma instituição internacional — o FMI — atrás da qual procuram esconder-se. Desta forma, as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional a Portugal serviram e continuam a servir os interesses das sociedades multinacionais e do grande capital internacional.

É nesta mesma óptica que se enquadrará a entrada de Portugal para o Mercado Comum. Para além de contribuir para o reforço do domínio das sociedades multinacionais no nosso país, elas pretendem usar Portugal como um trampolim para os mercados dos países africanos, nomeadamente, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, etc.

Do seminário organizado pela CGTP-IN, preâmbulo de uma acção coordenada do Movimento Sindical Unitário ao nível da sua estrutura e de organizações representativas dos trabalhadores de outros países onde a acção das multinacionais também se faz sentir, saíram uma série de directrizes que vão desenvolver e aprofundar o trabalho até agora realizado

Esta luta é agora de grande oportunidade, na medida em que o país e particularmente os trabalhadores, sofrem a maior investida contra as suas conquistas, direitos e liberdades, quando os trabalhadores defrontam um governo profundamente reaccionário, anti-patriótico, que se vende dia a dia ao imperialismo, aos grandes senhores do capital internacional e das multinacionais.



Automática Portuguesa (ex-Plessey) — exemplo da acção nefasta das multinacionais



LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITO A INFORMAÇÃO VIOLADOS PELO GOVERNO "AD"

A liberdade de Imprensa e o direito à informação estão a ser gravemente violados em Portugal, por inspiração e mando do Governo da chamada AD.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral, ao ocuparem as cadeiras do poder governamental, já levavam no bolso o anticonstitucional e antidemocrático ataque que se tem registado contra a liberdade de expressão nos órgãos de Comunicação Social. Não é de estranhar que assim seja. É a própria coerência do projecto político da direita reaccionária que determina tal actuação.

Na verdade, como arremeter contra a Constituição, a Democracia, os direitos dos trabalhadores, os interesses nacionais, se não se manipular a Informação — iludindo a opinião pública nacional. Sim, como poderia a reacção investir se não praticasse censura nos principais órgãos de Comunicação Social? — retirando espaço e voz às opiniões discordantes, ao poderoso movimento popular e de massas.

Hoje, em Portugal, não é possível a qualquer governo reaccionário impor o seu projecto político sem restringir as liberdades democráticas e utilizar a repressão. Não o foi para outros governos e não o é para o Governo da dita AD. Por isso mandam agredir violentamente os trabalhadores da Reforma Agrária, como tripudiam sobre a liberdade de expressão e no seu particular aspecto que é a liberdade de Imprensa — por sua vez componente fundamental do direito à informação — tentam controlar os órgãos de Comunicação Social: Televisão, Rádio e jornais pertencentes ao Estado.

Herdeiro de uma situação em vários aspectos favorável aos seus desígnios — criada principalmente du-

rante o Governo de Mota Pinto e só corrigida pontualmente por algumas medidas do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo — o Governo de Sá Carneiro-Freitas do Amaral desencadeou uma feroz ataque à Comunicação Social.

Começaram pelos saneamentos de administradores competentes e não alinhados politicamente com a AD e consequentes nomeações de gente tecnicamente desqualificada, mas pronta a servir (e a servir-se) o projecto reaccionário do Governo.

Depois, os novos administradores substituíram os directores indesejáveis por outros bem alinhados à direita e mantiveram os que lhes davam garantias de total subserviência aos ditames da voz dos donos Carneiro e Amaral. Os directores, por sua vez, rodearam-se de chefes, subchefes, coordenadores — capatazes, em suma — da sua confiança e dispostíssimos a fazerem todos os sacrifícios pela «mudança» apregoada durante a campanha eleitoral.

Saneadas as estruturas, recompostas as hierarquias, teve início uma outra fase. A da manipulação da informação produzida e difundida diariamente pela RTP, RDP e maioria dos jornais estalizados, e da censura, quando é caso disso e algo escapa às malhas da rede de vigilantes e directores à moda da falada AD.

A manipulação é mais ou menos descarada, inais ou menos subtil, conforme a capacidade arranjista e sanha fascizante do vigilante a quem incumbe o serviço. A censura, embora menos usual, é necessariamente mais visível como no caso da não transmissão pela RTP do filme sobre o Congresso da CGTP-IN.

Mas o sistema ofensivo contra a Comunicação Social não se fica por aqui.

Quando algum profissional da In-



forma
tentan
e co
instau
nar e
mento
RTP,
empres
porqu
revist
devia
Alia
rigida
Rego
longe
da pr
após
segu
caduc

Par
dido,
utiliza
peque
as dis
tes co
dos p
tração
o art.



formação recusa a mordação que lhe tentam impor e procura informar livre e correctamente é suspenso, instauram-lhe um processo disciplinar e ameaçam-no com o despedimento. Isto já aconteceu na RDP e na RTP, chegando-se nesta última empresa a tal requinte repressivo só porque o jornalista, durante uma entrevista, fez perguntas que «não devia ter feito».

Aliás, na RTP — superiormente dirigida pelo tráfuga do PS Cunha Rego — a Aliança fascizante vai tão longe que até Camões foi «saneada» a programação. Mesmo 400 anos após a morte é o grande poeta perseguido pelos beleguins de um poder caduco, mas lambaz.

Paralelamente, em jogo bem urdido, vai a governamental pandilha utilizando um variado conjunto de pequenos truques para fugir e iludir as disposições legislativas existentes como garantia da independência dos órgãos de Informação estatizados perante o Governo e a Administração Pública, conforme determina o art.º 39.º da Constituição da Repú-



blica. O comportamento dos partidos da coligação governamental nos Conselhos de Informação e o desrespeito que o Governo tem manifestado por estes órgãos somam-se, escandalosamente, à manipulação e

censo praticadas nas Redacções.

Mas, sobretudo nos jornais, não basta amordçar os jornalistas. Há outros trabalhadores cujas tradições de luta pela liberdade de Imprensa são bem conhecidas e que também é necessário reprimir. Por isso recorre o Governo da AD à chantagem económica, com a declaração de empresas em situação económica difícil, como no recente caso da EPNC. O argumento apresentado para justificar tal medida, que é o da recuperação económica das empresas, é, no mínimo, ridículo, se nos lembramos que o actual secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa e Brito, foi o administrador que levou «O Século» à degradação total e contribuiu decisivamente para o seu encerramento.

A situação actual no sector da Comunicação Social é grave, a exigir uma ampla unidade na acção de todos os trabalhadores, jornalistas e outros, pela defesa da liberdade de Imprensa e do direito à informação. É o futuro da Democracia no Portugal de Abril que está em causa.



FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL DAS MULHERES

A discriminação das mulheres no acesso ao trabalho e à promoção no emprego, tem origem em factores de natureza objectiva (menor preparação escolar e profissional, além da acumulação de tarefas doméstico-maternais que afecta a reconstituição da sua força de trabalho) e de natureza subjectiva (os preconceitos).

É sobre os factores objectivos «preparação escolar e profissional» que vamos debruçar-nos, sem deixar de ter em conta que os mesmos, por sua vez, assentam em velhas discriminações contra as mulheres, que lhes condicionam, desde o nascimento, a situação de igualdade na sociedade.

NO último recenseamento geral da população, efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística em 1970, as mulheres analfabetas (1.139.050) constituíram 38,7% da população feminina com mais de 20 anos e 64,6% do conjunto dos analfabetos.

Quanto às mulheres escolarizadas, elas não tinham frequentado, na sua esmagadora maioria (92,1%), senão o ensino primário; apenas 6,4% estavam habilitadas com o grau secundário (9,8%

para os homens), enquanto ao ensino superior só tinha tido acesso 1,4% (contra 3% da população masculina).

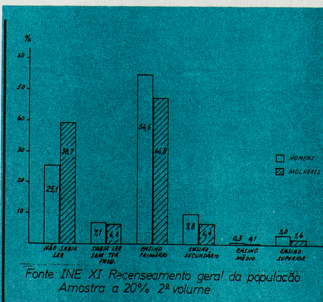
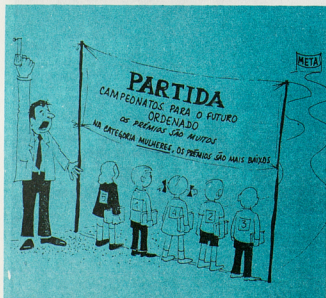
Podem portanto verificar-se que, se a grande maioria da população tinha reduzido acesso aos vários graus de um ensino elitista e inclusive à escolarização mínima, no conjunto dos homens e das mulheres, estas apareciam sempre

prejudicadas em relação àqueles.

Os números referidos carecem de actualização, a qual não traduzirá, todavia, a correcção das distorções de há 10 anos, uma vez que a necessária transformação de mentalidades quanto à posição da mulher na sociedade, está em larga medida por fazer. De resto, dados mais actualizados (1977 e 78) mostram como subsistem profundas diferenças entre os sexos nas opções escolares, fortemente determinadas pela correlação entre os papéis tradicionalmente

atribuídos às mulheres e os seus interesses, por sua vez fomentados em função desses papéis.

Nesse aspecto pode constatar-se que a percentagem de mulheres nas opções técnicas é muito baixa, seja a nível do ensino secundário ou do superior, em consequência do condicionamento social da tradição.



Formação profissional

NA formação profissional de adultos, o panorama é idêntico; assim, as mulheres frequentaram os vários cursos registados na Direcção de Serviços de Emprego, em percentagens de 11 e 5,9%, respectivamente em 1973 e 75, facto agravado por a sua participação nos mesmos se ter limitado a 4 das 28 especializações existentes, a saber: dactilografia, estenodactilografia, desenho de máquinas e de construção civil.

Apesar de o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, de 1976, determinar o fim das discriminações, também em função do sexo; apesar de o Decreto-Lei n.º 392/79, de 20.9.79, determinar a igualdade em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego, de facto as mulheres continuam a não usufruir integralmente os direitos que lhes são enfim reconhecidos por lei:

- As mulheres entram para o mercado de trabalho com uma educação escolar inferior.
- As mulheres quase

não têm acesso aos cursos de formação profissional.

- As mulheres continuam a deter injustamente a responsabilidade principal dos filhos e da casa, nem sequer dispondo de infra-estruturas sociais de apoio às tarefas domésticas, o que as coloca numa desigualdade de situação em relação aos seus camaradas de trabalho.

Relativamente à formação profissional, em concreto, pode dizer-se que tudo está por fazer, apesar dos instrumentos legais; ainda quanto ao já citado

Decreto 392/79, ele determina precisamente: «Incumbe ao Estado promover, incentivar e coordenar acções de orientação e formação profissional destinadas às mulheres, de acordo com as suas motivações e as tendências do emprego». (...) - art.º 5.º - 1.

O Movimento Sindical Unitário, aos vários níveis da sua estrutura, luta pelo cumprimento da Constituição e legislação dela decorrente, assim como tem por objectivo exercer uma acção pedagógica no sentido



tido da progressiva transformação das mentalidades, de forma a tornar possível, além da aplicação do princípio «a trabalho igual, salário igual» (pela qual se tem batido), a criação de condições para a prestação de trabalho efectivamente igual e em condições de igualdade, por mulheres e homens.

NOTA

Dados recolhidos pela Comissão da Condição Feminina, de fontes estatísticas diversas e inseridos em *Feminino Masculino - Factos e Imagens*, col. mudar de atitudes, n.º 2

1977		1978		
ENSINO SECUNDÁRIO	% POPULAÇÃO ESCOLAR FEMININA	ENSINO SUPERIOR		
		CURSOS	% HOMENS	% MULHERES
UNIFICADO	50,8%	TECNOLOGIA	88	12
		AGRO-PECUÁRIA	78	22
		EDUCAÇÃO FÍSICA	76	24
		DIREITO	75	25
		LETRAS	30	70
LICEAL	54,3%	CIÊNCIAS HUMANAS	30	70
		CIÊNCIAS EXACTAS	30	70
		CIÊNCIAS NATURAIS	30	70
		CIÊNCIAS SOCIAIS	63	37
TÉCNICO	35,3%	ARTES	55	45
		CIÊNCIAS MÉDICAS	51	49
		PARAMÉDICAS E FARMACÉUTICAS		

1º DE MAIO TRABALHADORES EX



Este Maio de Unidade e Luta, pela sua grandeza pela combatividade com que as largas centenas de milhar de manifestantes encheram as ruas de todo o País, transformou-se na maior manifestação de repúdio realizada, até hoje, contra a política antipopular e antinacional do Governo Carneiro/Amaral.

A sua política de fome e miséria para o povo e furtura para os grandes capitalistas e latifundiários, de destabilização e confronto entre as instituições e órgãos de soberania, de restauração do poder dos monopólios através da destruição do sector público e nacionalizado, de repressão, violência e arbitrio, foi firmemente repudiada por este povo, que ficou farto de fascismo, durante quase 50 anos e que o não quer mais no nosso país.

Deste grandioso 1.º de Maio ficou a certeza que, com esta classe operária, com estes trabalhadores, com estes democratas e patriotas, com este povo amante da paz, da democracia e da liberdade, o fascismo não mais será possível no nosso país, que Abril prosseguirá, e que os Carneiros e Amarais que transitoriamente ocupam as cadeiras de S. Bento serão corridos para o lixo da História.

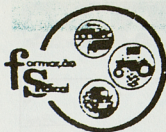
Glória, pois, a todos os trabalhadores, a todo este povo que luta e não verga às arremetidas dos verdudos da exploração.

A luta continua, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, nos campos e nas escolas até à vitória final.



IGEM GOVERNO 'AD' PARA A RUA





FORMAÇÃO SINDICAL

Ler mais e reflectir para agir melhor



A experiência sindical adquire-se todos os dias na actividade nas empresas, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas lutas económicas e de classe. A actividade organizada de massas em defesa dos interesses dos trabalhadores é a primeira escola de sindicalismo.

A experiência, por si só, no entanto, não é suficiente. Torna-se necessário completar a experiência prática, analisá-la e tirar conclusões; aprender conhecimentos sobre os mecanismos da exploração capitalista, a evolução e transformação da sociedade e sobre as perspectivas da acção sindical.

A prática e a teoria estão inter-relacionadas: não existem «questões práticas» de outro lado e «questões teóricas» de outro lado. A teoria está implícita em todas as questões porque é formada a partir da reflexão sobre a actividade prática e só não existe onde

esse trabalho de reflexão se encontra atrasado ou é menosprezado.

A formação Sindical deve ter em conta o contexto geral do ensino e da cultura nacionais, visando construir um sistema de ensino de classe, cujos objectivos são determinados pelas necessidades e tarefas que se colocam ao Movimento Sindical Unitário.

A Formação Sindical tem que ter em conta que os trabalhadores foram os alvos principais da política de obscurantismo do regime fascista e que, apesar da elevada consciência de classe adquirida nas lutas, quer contra o regime fascista, quer durante o processo revolucionário de Abril, ainda se encontram condicionados pelas crenças e distorções do ensino e da cultura herdadas.

Em 1970 cerca de 3,2 milhões de portugueses (49,8% da população com mais de 14 anos) não possuía o ensino primário – na base de quatro

anos de escolaridade – e 1 800 000 (28,1%) eram analfabetos; apenas 5% dos estudantes universitários eram de origem operária e camponesa.

O equipamento escolar (edifícios, mobiliário, etc.) apenas comportava 1/3 da população estudantil; no campo da investigação científica (na relação investigadores/população e verbas do Orçamento Geral do Estado) possuíamos os mais baixos índices europeus; sofremos também uma acentuada emigração de técnicos, cientistas, artistas e intelectuais perseguidos pelo regime.

O regime fascista proibia e reprimia sistematicamente a divulgação e o estudo das principais disciplinas das ciências sociais da economia política, do materialismo histórico, etc...

Apenas um exemplo: só depois do 25 de Abril começaram a circular em Portugal algumas obras fundamentais dos clássicos do socialismo científico e

afirmar e defender, efectuando uma completa inversão de valores entre o que é afirmado e o que na realidade se pretende alcançar.

É assim que a burguesia e o imperialismo utilizam demagogicamente argumentos primários ou deformados de esquerda para sustentar a sua exploração de classe, e para muitos dirígidos e quadros sindicais não é fácil efectuar a **transposição** da luta económica — conflitos laborais, greves, aumento do desemprego, aumento do custo de vida, utilização progressiva da repressão — para a luta ideológica e fazer a identificação das ideias propagandeadas com os objectivos visados pelos seus inimigos de classe.

A necessidade da Formação Sindical resulta de diversos factores: insuficiente instrução geral de base; falta de meios materiais e de tempo para a frequência do ensino oficial; insuficiência de quadros sindicais; tendência para o praticismo na actividade sindical; intensificação da luta ideológica e maior complexidade dos pro-

dos principais correntes do pensamento social progressista.

Por outro lado, a ingerência imperialista em Portugal, no campo ideológico, processou-se através da criação de «Institutos» e «Fundações» que a partir de 1976 começam a organizar actividades de carácter formativo com o objectivo de formar quadros dentro dos princípios da conciliação de classes e da ideologia reformista, com teorias, novas, entre nós, sobre a social-democracia, o socialismo em liberdade, sindicalismo dito democrático, etc...

Finalmente, a agudização da luta económica e política em consequência da política de recuperação capitalista iniciada em 1976 e a progressiva infiltração das forças reacionárias no aparelho de Estado e na Comunicação Social, tornam cada vez mais complexa a luta ideológica.

A intensificação dos conflitos laborais das greves, do aumento do desemprego, e da repressão patronal; o agravamento do custo de vida, os ataques à Reforma Agrária, aos sectores nacionalizados e às liberdades democráticas com o recurso progressivo ao aparelho repressivo do Estado, criam um clima de conflitos sociais, de tensões e confrontação política, que no plano da luta ideológica se traduz pela intensificação na criação de argumentos e «teorias» que pretendiam justificar essas acções e a respectiva política de direita que as determina.

No cerne da luta ideológica está como objectivo central a influência — como forma subtil de dominar ou manter a dominação — que umas classes procuram exercer sobre outras; concretamente a influência que a burguesia procura exercer sobre as classes trabalhadoras e outras camadas sociais.

Com muita frequência, a complexidade da luta ideológica reside no facto de as ideias e as teorias propagadas visarem objectivos exactamente contrários daquilo que parecem

cessos de luta e dos acontecimentos sociais em consequência da agudização da crise provocada pela política de recuperação capitalista; recuperação dos principais órgãos de comunicação social e do aparelho ideológico em geral pelas forças de direita e reforço da organização da burguesia, no campo da formação sindical.

A Formação Sindical consubstancia os princípios fundamentais do Movimento Sindical unitário nos objectivos gerais e específicos dos conteúdos e textos em cada nível da Formação; na actuação dos monitores; nos critérios de recrutamento dos participantes.

A Formação Sindical baseia-se na luta e na acção organizada dos trabalhadores contra o sistema de exploração capitalista e imperialista.

Os objectivos gerais que se colocam à formação sindical são:

—responder às necessidades da organização sindical dos seus dirigentes, delegados e activistas sindicais;

—desenvolver as capacidades e aptidões dos dirigentes, delegados e activistas sindicais para desempenharem com eficiência as tarefas que lhes competem;

—contribuir para a formação e desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

Os objectivos gerais e específicos da formação sindical acompanham a evolução das necessidades dos dirigentes, delegados e activistas e as situações determinadas pelas alterações na correlação de forças e na conjuntura político-social.

O conteúdo da formação sindical desenvolve-se progressivamente — a partir de um tronco comum de disciplinas — desde Cursos de Nível Básico até aos Cursos de Nível Superior e visa transmitir conhecimentos dos princípios e regras fundamentais do sindicalismo; a experiência da luta de classes; os mecanismos básicos da exploração capitalista e conhecimentos relativos à evolução e transformação da sociedade.



NOVA LISTA DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS

Uma vitória dos trabalhadores e da CGTP-IN

Embora por parte da Secretaria de Estado da Segurança Social se tenha tentado marginalizar o Movimento Sindical da Comissão referida, os trabalhadores acabaram por conseguir impor a participação nela de um representante da CGTP-IN, no exercício dum direito constitucional e na convicção de poderem contribuir para a elaboração de uma Nova Lista, mais consentânea com o interesse de quem trabalha.

Assim, a Comissão de Revisão viria a reunir a 7 de Novembro de 1978, catroze meses depois do Decreto que a criou. Verificar-se-ia que, na realidade, foram os trabalhadores os primeiros e únicos a apresentar uma base de trabalho, fundamentada no avanço da técnica e da ciência, nas experiências internacionais e na realidade nacional, o que é digno de relevo.

A CGTP-IN dava, uma vez mais, provas da sua capacidade de intervenção e participação em tudo que tenha por objectivo melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses.

A Comissão viria a terminar os seus trabalhos e a apresentar ao Ministério dos Assuntos Sociais, em Outubro de 1979, durante a vigência do V Governo, as propostas constantes do diploma agora publicado.

A NOVA LISTA DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS

A Nova Lista das Doen-

A Nova Lista das Doenças Profissionais foi publicada no «D. R.» n.º 106/80, I Série (Decreto Regulamentar n.º 12/80, de 8 de Maio); o mesmo decreto determina a constituição de uma Comissão Permanente de Revisão da Lista, integrando representantes do Movimento Sindical na sua composição.

Com a publicação deste importante diploma legal, termina um exaustivo trabalho levado a cabo pela Comissão de Revisão que o Decreto Regulamentar 59/77, de 5 de Setembro, criou e onde a CGTP-IN teve papel preponderante; ao mesmo tempo cumpre-se uma importante reivindicação, consequentemente defendida pelo Movimento Sindical desde o Congresso de Todos os Sindicatos.

As Doenças Profissionais agora publicada é um importante diploma com inevitáveis consequências na Prevenção e Reparação das Doenças Profissionais; embora os trabalhadores tenham consciência de que, só por si, a Lista não resolve os seus dramáticos problemas neste campo, vêem nela, por outro lado, importante contributo para uma maior justiça social.

Devido às suas características pedagógicas, a Nova Lista merece a máxima divulgação, devendo o Governo promover a sua distribuição massiva, às

entidades públicas e privadas interessadas, aos médicos e especialistas na matéria, às entidades patronais, às organizações dos trabalhadores, etc.

Ao Estado compete agora criar as condições técnicas de avaliação das incapacidades, com os mecanismos necessários — dos quais têm particular importância os meios de diagnóstico —, acabando-se com a vergonhosa situação de hoje em Portugal só se atribuírem pensões por pouco mais de uma dúzia de Doenças Profissionais.

«No passado dia 13.4.80 faleceu o dr. Fernando Martins Eleutério, médico e técnico de reconhecida competência, professor da Escola de Saúde Pública dr. Ricardo Jorge, onde dirigia a cadeira de Medicina do Trabalho. O dr. Fernando Martins Eleutério era membro da Comissão de Revisão da Lista

das Doenças Profissionais em representação da Direcção-Geral de Saúde e teve acção preponderante na elaboração da Nova Lista das Doenças Profissionais.

A referida Comissão e à família daquele prestigiado técnico apresentamos as nossas condolências.»

nais (inscritas na Lista anterior).

A COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS

Um primeiro aspecto a realçar, porque se trata de importante vitória do Movimento Sindical, é pois a previsão de representantes das organizações sindicais na constituição da Comissão; embora isso obedeça a um imperativo constitucional, trata-se evolução digna de registo, face aos anteriores diplomas legais congéneres: Decreto n.º 434/73, de 25 de Agosto e Decreto Regulamentar 59/77, de 5 de Setembro.

Por outro lado, as importantes atribuições da Comissão são o reconhecimento inequívoco das justas propostas e reivindicações da CGTP-IN;

a) Exame e actualização constante da Lista das Doenças Profissionais;

b) Intervenção relativamente aos problemas e dúvidas suscitados pela aplicação da Lei n.º 2 127 (Base XXV, n.º 2), de 3 de Agosto de 1965.

A publicação da Nova Lista é portanto uma conquista dos trabalhadores, cabendo às organizações sindicais divulgá-la e promover um grande esclarecimento em torno do assunto. Trata-se dum importante instrumento no campo da Prevenção das doenças profissionais.

1980

UM PLANO E UM OGE CONTRA OS TRABALHADORES

Com um atraso só explicado pela sua incompetência, o Governo apresentou no final de Março a sua primeira versão de Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1980.

O Conselho Nacional do Plano, órgão constitucional em que participam representantes sindicais, da CGTP-IN, de 4 Federações e de 3 sindicatos, emitiu dois pareceres sobre aqueles documentos destinados, respectivamente, ao Conselho de Ministros e à Assembleia da República.

Nos debates e nas decisões tomadas pelo CNP os representantes sindicais tiveram oportunidade de expressar as posições de fundo sobre aqueles projectos que consideraram justamente que a «grande opção» deste Governo era «manter e agravar a política de recessão, atraso e dependência».

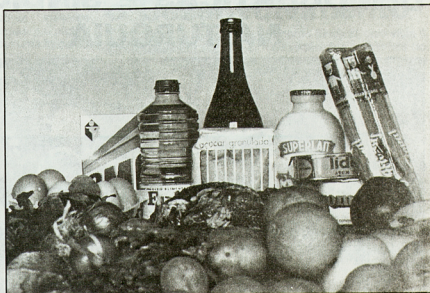
Que vai acontecer ao emprego?

Devido às críticas sindicais o Ministro do Plano foi obrigado a confirmar que o Governo apenas prevê a criação de mais 15 ou 18 mil postos de trabalho, apesar de saber que deve haver pelo menos mais de 30 mil jovens à procura de emprego, durante o ano de 1980.

O agravamento do nível de desemprego foi pois confessado pelo Governo que pretendeu aliás a sua responsabilidade pelo fraco crescimento económico que prevê.

O agravamento da situação do desemprego constitui uma preocupação central do Movimento Sindical e o reforço de acções de massas contra a política económica deste Governo é uma necessidade imperiosa para garantir os postos de trabalho, para limitar os contratos a prazo, para assegurar as condições de formação profissional e de reciclagem, impor a participação activa dos trabalhadores na reconversão de sectores em crise, para, em resumo, assegurar uma dinâmica económica que garanta o direito ao trabalho.

Sem uma profunda alteração da



OGE 1980 - que evolução para os salários e os preços?

«Se as intenções do Governo se concretizassem, o poder de compra dos trabalhadores baixaria drasticamente durante o ano em curso»

política económica que vem sendo praticada, no âmbito da submissão dos interesses nacionais ao FMI e às multinacionais, não há solução para os problemas do desemprego em Portugal e o documento do Governo veio, mais uma vez, confirmá-lo.

Que evolução para os salários e os preços?

Se as intenções do Governo se concretizassem, o poder de compra dos trabalhadores e dos reformados baixaria drasticamente durante o ano em curso. Só os reformados veriam o seu poder de compra baixar 13,5% durante o ano de 1980!

A prova que o Governo não consegue demonstrar que o aumento de salários seria maior que o aumento de preços (o que só se verificou em 1974 e 1975) é a tentativa de desviar as atenções para o que chamaram «desaggravamento fiscal» ou «baixa dos impostos».

Na verdade esta operação sobre impostos visou beneficiar os rendimentos médios e altos, através dum conjunto de medidas que vão agravar ainda mais a injustiça fiscal. Serão, mais uma vez, os trabalhadores com mais baixos rendimentos os principais prejudicados pela evolução dos preços.

O revanchismo ao ataque

O objectivo principal do Governo não tem que ver com crescimento do produto, desenvolvimento económico, redução do desemprego ou da inflação.

O seu objectivo é, acima de tudo, destruir as grandes transformações democráticas realizadas após o 25 de Abril, destruir as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, as empresas nacionalizadas, os direitos dos trabalhadores, em suma, o projecto constitucional.

Os documentos do Plano e OGE para 1980 não se encontram desligados daquele fim que as forças reacçãoárias pretendem alcançar.

Por isso o Governo não respeitou o cumprimento da Lei das Finanças Locais e desviou 25 milhões de contos que caberiam às autarquias; não prevê quaisquer medidas tendentes a racionalizar e coordenar o amplo sector público da economia mas aponta para a desnacionalização na prática e a concessão de chorudas indemnizações; «não apoia o cooperativismo mas sim o latifundismo», como foi afirmado no CNP.

As grandes opções deste Governo são as opções da minoria exploradora contra a qual os trabalhadores se levantam de Norte a Sul do País, em movimento de protesto e de revolta cada vez mais poderoso.

ATENTADOS AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS NA TURQUIA



O mundo progressista e, nomeadamente a CGTP-IN, tem vindo a seguir, com preocupação, a degradação da situação política na Turquia e o progressivo cerceamento das liberdades democráticas e sindicais naquele país.

Recentemente, forças militares turcas ocuparam a sede social do DISK (Confederação dos Sindicatos Operários Progressistas da Turquia) e prenderam a quase totalidade dos membros da sua direcção.

As forças repressivas, na manhã do dia 5 de Maio, procederam à detenção de 16 dirigentes daquela organização sindical. Um pouco mais tarde foi preso também, F. Isliklar, secretário-geral do DISK.

Entre os dirigentes sindicais presos encontram-se K. Nebio-

glu, vice-presidente; H. Ekinli, secretário-geral adjunto; T. Kocamanoglu, membro da Comissão Executiva e, ainda, K. Akar, presidente do comité de Vigilância do DISK.

O número de responsáveis do DISK que foram presos só nesse dia, atingiu os 367. Esperava-se contudo, que fossem efectuadas mais detenções.

Outros dirigentes sindicais estavam já detidos: A. Basturk, presidente do DISK e presidente do Sindicato dos Serviços Públicos; R. Guven, vice-presidente do DISK e M. Aktolga, membro da Comissão Executiva. Deste modo só um membro da Comissão Executiva se encontra livre dos cárceres de Istambul. A razão é simples: está fora do país.

Todos os responsáveis sindi-

cais presos são submetidos a torturas e estão colocados no «segredo» pelas autoridades que declararam o estado de sítio na Turquia.

Antes de serem detidos, 17 dirigentes sindicais declararam, nesse mesmo dia, que «as prisões arbitrárias verificadas nos últimos dias, fazem parte dum ataque geral contra os direitos democráticos dos trabalhadores na Turquia».

Os sindicalistas adiantaram também que «apesar desta vaga de repressão, a classe operária está determinada em defender os seus direitos e as suas liberdades, agora espezinhadas. Ela demonstrou esta determinação, nomeadamente durante a manifestação de Mersin. E assim continuará a ser no futuro».

Este clima social que se vive na Turquia, deteriorou-se e tornou-se ainda mais tenso, sobretudo com a proibição, pelo governo do primeiro-ministro Demirel, de todas as manifestações por ocasião do 1.º de Maio.

Face a estes atentados às liberdades democráticas e sindicais, a CGTP-IN denunciou a repressão crescente naquele país e as manobras desestabilizadoras do imperialismo, visando transformar a Turquia numa base permanente de provocação e agressão em toda a região, já por si, particularmente tensa.

Neste sentido, a CGTP-IN protestou junto do governo turco e enviou ao DISK a seguinte mensagem de solidariedade:

«A CGTP-Intersindical Nacional ao tomar conhecimento da prisão dos dirigentes do DISK e da ocupação, pelas autoridades turcas, da vossa sede social, em Istambul, denuncia estes atentados contra as liberdades democráticas e sindicais e exige a imediata libertação de todos os sindicalistas presos, a suspensão do estado de sítio e o retorno das condições democráticas ao vosso país.

«A CGTP-IN, em nome dos trabalhadores portugueses, manifesta a sua solidariedade activa, com a luta dos seus irmãos de classe turcos, pelos seus direitos e liberdades amordaçadas.

«A CGTP-IN manifesta-se disposta a acclonar os mecanismos internacionais, previstos para o efeito, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no sentido de exigir ao governo turco o respeito pelas liberdades sindicais».

Num documento distribuído à Imprensa, a CGTP-IN lançou, igualmente, um apelo «a todas as estruturas do Movimento Sindical Unitário português, a fim de que seja manifestada, ao nível mais geral, a solidariedade dos trabalhadores portugueses, com a justa luta dos trabalhadores turcos».

Não há liberdade sindical no Brasil

O Governo de João Figueiredo tem desenvolvido uma escalada repressiva contra os trabalhadores e o movimento sindical brasileiro, o que constitui motivo de preocupação para a CGTP-IN e para os trabalhadores portugueses.

Em documento distribuído à Imprensa, a CGTP-IN, «associando-se à posição tomada pela Federação dos Sindicatos de Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, em 21 de Abril passado, repudia,

por seu lado, as medidas repressivas do Governo brasileiro, a destituição dos dirigentes sindicais, a ocupação militar de locais sindicais e a nomeação de dirigentes fantoches».

A CGTP-IN lavrou igualmente o seu protesto «pela repressão levada a cabo sobre os trabalhadores brasileiros em luta por melhores condições de vida e pelo restabelecimento completo das liberdades democráticas no seu país».

A situação na América Latina e a sua evolução recente tem sido acompanhada de perto pelo Movimento Sindical unitário e, particularmente, pela sua central sindical.

Por ocasião do seu III Congresso, a CGTP-IN teve a oportunidade de se inteirar junto das delegações sindicais latino-americanas das

forças democráticas, a luta dos trabalhadores da América Latina para pôr fim à exploração imperialista e feudal.

Nesta conjuntura, as actuais manobras militares norte-americanas na região do Caribe, com uma força de choque de 20.000 homens dos 3 ramos das Forças Armadas, 42 barcos e 350

As manobras dos EUA no Caribe e a situação na América Latina

lutas travadas pelos trabalhadores dos seus países, pela conquista das liberdades democráticas e sindicais, pelo direito à vida, ao pão e ao trabalho.

Regimes ditatoriais impostos e controlados pelo imperialismo americano, para salvaguardar os seus interesses económicos, levam a cabo uma exploração desenfreada das massas trabalhadoras e mantêm a esmagadora maioria das populações numa situação de subdesenvolvimento crónico, privados de liberdade e vivendo sob um autêntico clima de terror.

Os regimes políticos no Chile, no Uruguai, na Argentina, na Guatemala, em El Salvador, etc., e o que até há bem pouco tempo vigorava na Nicarágua, atestam, claramente, a natureza da exploração imperialista e da hipocrisia das suas campanhas em favor das liberdades e da democracia. No caso de El Salvador, as forças reaccionárias não hesitaram assassinar o mais alto dignitário da Igreja Católica salvadorenha, arcebispo Oscar Romero, que, em diversas ocasiões, fizera ouvir, igualmente, a sua voz, em defesa dos pobres e dos oprimidos.

No entanto, robustecidos com a vitória do povo da Nicarágua e da sua Frente Sandinista, cada vez mais se acentua, com a participação de vastos sectores sociais e

aviões e, particularmente, a utilização da base de Guantanamo, situada no interior do território cubano, constituem mais uma tentativa de intimidação dos trabalhadores e povos da região, na sua luta pela liberdade e pela democracia e um provocação ao povo cubano.

Desde há 21 anos que Cuba libertada e o seu povo sofrem o bloqueio económico e militar por parte dos EUA. Durante duas décadas, o povo cubano arrostou, heróicamente, com as maiores dificuldades para fazer face a esta situação, vencer o subdesenvolvimento, o desemprego, a miséria e o analfabetismo e construir o país livre que é hoje, o que, na América Latina, possui os maiores índices de desenvolvimento social e os mais altos níveis de educação e de saúde. As manobras dilatórias e a progroganda do imperialismo não poderão contrariar, nunca, esta realidade.

Presente nas comemorações do 1.º de Maio, em Havana, a convite da Central de Trabalhadores de Cuba, a CGTP-IN reprovoou as manobras dos EUA e manifestou à sua congénere cubana, aos trabalhadores e ao povo de Cuba e a todos os povos da América Latina, a sua solidariedade activa e o seu apoio militante à justa luta que travam, pela liberdade e pela dignidade de Homens Livres.

Conferência Sindical Mundial sobre o Desenvolvimento

De 22 a 25 de Abril teve lugar em Belgrado, na Jugoslávia, a Conferência Sindical Mundial sobre o Desenvolvimento, na qual participaram mais de 100 confederações sindicais, de todas as filiações internacionais, ou autónomas, e diversas organizações da família das Nações Unidas.

A Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento constitui a mais importante iniciativa sobre esta matéria, organizada pelo Movimento Sindical Internacional. Ela constitui, por outro lado, uma demonstração inequívoca da possibilidade de, organizações sindicais com orientações diferentes e actuando em sistemas políticos, económicos e sociais diferenciados, debaterem problemas relacionados com a instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional mais justa.

A CGTP-IN esteve representada por Alvaro Rana, do Secretariado Nacional e Vasco Cal, do Departamento Económico.

O objectivo central da Conferência Sindical Mundial era procurar encontrar uma base de consenso, suficientemente ampla, sobre as acções a desenvolver pelo Mo-

vimento Sindical, com vista à resolução dos problemas do desenvolvimento económico e social no mundo e à edificação da Nova Ordem Económica Internacional.

Na sua intervenção no Plenário, Alvaro Rana analisou a evolução da crise do capitalismo, apontou os aspectos essenciais que a NOEI deveria conter e desenvolveu, em especial, o papel negativo de instituições como o Fundo Monetário Internacional, considerando que as conclusões da Conferência o deveria reelectir explicitamente, o que, de facto, veio a acontecer.

A íntima interligação dos factores internos e dos factores internacionais que a actual crise do capitalismo veio tornar ainda mais clara, foi uma tônica constante dos debates que se verificaram. Consequentemente, ficaram destacados, por um lado, os laços entre as reivindicações pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pelo pleno emprego e por transformações socioeconómicas no plano nacional e, também, as reivindicações dos países em vias de desenvolvimento, relativas à Nova Ordem Económica Internacional.

Governo do grande patronato não respeita normas da OIT

«Sem respeitar as obrigações que lhe são impostas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo comunicou à CGTP-IN que já tinha tomado a decisão de nomear, como delegados dos trabalhadores portugueses, à 66.ª sessão da Conferência Internacional do

Trabalho, um representante da chamada UGT», afirma a CGTP-IN num comunicado distribuído à imprensa.

A Central Sindical considerava a atitude do governo contrária «às normas da OIT e a toda a prática internacional nesta matéria» e

define-a como «uma decisão autoritária e legal, tomada sem o acordo das organizações sindicais representativas».

«Sendo mais uma manobra de provocação de um projecto divisionista desprovido de qualquer representatividade — prossegue o documento — ela é também um grave atentado aos direitos sindicais dos trabalhadores portugueses, constitucionalmente consagrados, trazendo uma ingerência violadora da liberdade e da autonomia sindical».

O Secretariado Nacional da CGTP-IN chama ainda a atenção para o facto de tão desporadora atitude do governo do grande patronato visar «impedir a denúncia dos múltiplos aspectos de acção destrutiva, cometida pelo governo Carneiro/Amaral, em relação aos direitos e garantias dos trabalhadores».

«Ao mesmo tempo — salienta-se no comunicado — ela corresponde a mais um acto de culpabilidade dos amarelos da UGT com o governo fascizante e golpista do grande patronato».

«O governo AD — acusa o Secretariado Nacional — necessita de laços dóceis que, arvorando-se uma representação dos trabalhadores, que não lhes pertence, dêem cobertura, na OIT aos graves atentados em curso no nosso país, contra os direitos dos trabalhadores».

«A CGTP-IN — conclui o documento — denunciara, em todas as instâncias, tal decisão iníqua e, desde já exige que ela não seja concretizada, respeitando-se os direitos legais da CGTP-IN, como a mais representativa organização sindical portuguesa e a única central sindical. A atitude do governo não deixará de merecer o total repúdio e denúncia dos trabalhadores e das suas organizações de classe».

Governo boicota reunião internacional de mineiros

O governo da «Aliança Reaccionária» proibiu a entrada em Portugal de delegações sindicais da União Soviética, República Democrática Alemã e Checoslováquia alegando «critérios políticos superiores».

Em sinal de protesto contra mais esta acção discriminatória do governo presidido por Carneiro, os trabalhadores do sector mineiro paralisaram a sua actividade, de Norte a Sul do País, durante uma hora, no dia 14 de Maio, enquanto os mineiros da Panasqueira o fizeram durante 24 horas.

A reunião preparatória da Conferência Internacional dos Sindicatos Mineiros deveria realizar-se de 5 a 7 de Maio, em Lis-



boa, e contava, à partida, com a participação de mais de uma dezena de organizações sindicais.

Esta reunião visava abordar uma vasta série de problemas relacionados com o sector das indústrias extractivas e, bem assim, preparar a Conferência Internacional dos Sindicatos Mineiros.

No sentido de esclarecer a situação e de lavar o seu protesto, o Secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal requereu uma entrevista ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, que não deu qualquer resposta aos trabalhadores, deixando, deste modo, bem claro, o respeito que os mesmos lhe merecem.

Trabalhadores suecos e britânicos lutam contra políticas governamentais

Os trabalhadores suecos, como os trabalhadores britânicos, desenvolveram, recentemente, importantes formas de luta, que culminaram em greves gerais, pela melhoria das condições de vida (caso sueco) e contra as medidas governamentais reaccionárias, lesivas das suas condições de vida e de trabalho (caso britânico).

A CGTP-IN enviou ao presidente da Central Sindical Sueca (LJO), uma mensagem de solidariedade com a luta dos trabalhadores suecos que visava alcançar melhores salários, e, bem assim, a melhoria das suas condições de vida. Num outro telegrama enviado a Len Murray secretário-geral do TUC (Congresso dos Sindicatos da Grã-Bretanha), o Secretariado Nacional da CGTP-IN, em nome dos trabalhadores portugueses, formulou o desejo de «maiores êxitos na vossa jornada de luta de 14 de Maio e para a vossa campanha pelo progresso económico e social, na vossa luta contra as medidas reaccionárias do Governo britânico».

A não concessão de vistos, para além de ter implicado avultados danos económicos, constituiu um real entrave à contribuição que aquela reunião internacional poderia dar à preparação da Conferência Mundial dos Sindicatos Mineiros, e também à discussão do problema do sector mineiro, no nosso país.

Entretanto, num documento distribuído à Imprensa, o Secretariado Nacional da CGTP-IN saudou «os trabalhadores mineiros e a sua determinação na justa luta que desenvolveram face à preparação deste governo», e considerou, igualmente, que, através da greve que promoveram, deram «público testemunho do seu protesto contra a política do MNE». «Esta atitude prepotente do governo da reacção — prossegue o documento da CGTP-IN — atenta contra os interesses e direitos dos trabalhadores, impede o desenvolvimento da solidariedade internacional e vai contra a liberdade de reunião e contra o entendimento entre os povos».

Por outro lado, o secretário-geral da União Internacional dos Sindicatos Mineiros, enviou ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, uma mensagem em que afirma ter o governo da direita «dificuldades em observar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais».

Recordamos que S.K. Samayal, delegado da Índia e membro do Secretariado da União Internacional dos Sindicatos Mineiros, esteve em Lisboa, apesar das manobras do Governo PPD/CDS.

Aquele dirigente sindical participou numa conferência de Imprensa promovida pela Federação dos Sindicatos do sector e assistiu a um plenário realizado nas Minas da Panasqueira, onde se procedeu à análise da situação criada pelo Governo da «Aliança Reaccionária».

II FESTIVAL SINDICAL DE TEATRO DE AMADORES

Realização bienal com início em 1978, o FSTA, organizado conjuntamente pela CGTP-IN, APTA (Associação Portuguesa de Teatro de Amadores), STE (Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos) e Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio, teve este ano a sua segunda edição, com início em Fevereiro (fase de apuramento), apresentação das peças apuradas pelo júri de selecção em cada uma das nove zonas do país onde chegou a Iniciativa, integrada nas comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, e uma acção de formação teatral, aberta a membros de todos os grupos participantes, que ocorreu em Lisboa em Maio, com a duração de uma semana.

ALAVANCA ouviu Carlos Porto, da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro * e membro do júri para a zona de Lisboa, que aqui se pronuncia acerca desta relevante acção cultural popular.



Carlos Porto, crítico de teatro

A — Gostariamos que se pronunciasse sobre a importância do FSTA, como motor de dinamização cultural.

CP — Penso que um Festival deste tipo em primeiro lugar permite a grupos que já existem — ou outros que se formem incentivados pelo Festival — o contacto com a realidade que é o teatro, a qual dá uma perspectiva diferente dos problemas sociais, humanos, culturais, a meu ver enriquecedora da capacidade de luta dos trabalhadores; por outro lado, esta realização permite uma troca de experiências, não só a nível cultural imediato, mas a nível político, na medida em que, sendo os espectáculos criados por trabalhadores, têm necessariamente um fundo político. Há portanto uma troca de experiências, de natureza cultural, política e também estética, que me parece importante; o espectador tem um tipo de experiência que pode ser diferente da do trabalhador que está a ter nesse momento uma experiência como trabalhador de teatro e a troca de conhecimentos é útil, tanto para quem faz o teatro como para quem o vê.

O teatro de amadores é importante, não na medida em que limita o teatro profissional, «colando» formas vistas num palco a acções que nada têm a ver com elas, mas, ao contrário, na medida em que

encontrar as formas coerentes com o que os grupos amadores têm para dizer, formas específicas coerentes com a sua realidade profissional. E neste aspecto houve surpresas muito agradáveis, das quais é exemplo, entre outros, o caso da peça de Virgílio Martinho «Um povo amigo de lutar», sobre a luta dos trabalhadores da Corame; porque nos mostra uma luta de trabalhadores exemplar; um apelo exemplar a essa luta; enfim, porque mostra como um colectivo, neste caso a Brigada Alfredo Dinis (Alex), pode arancar com um problema concreto e transformá-lo qualitativamente; aí foi muito importante também a participação dum jovem trabalhador, compositor-cantor, a complementar, com a participação individual,

um trabalho de grupo, formando um todo coerente.

A — Que função, a seu ver, poderá ter o FSTA em termos de descentralização teatral?

CP — Embora não veja inconvenientes na digressão de grupos profissionais (pelo contrário, sobretudo na medida em que alargam a sua própria perspectiva do país, com vantagens para o trabalho que desenvolvem), concretamente em termos de descentralização, penso que importante mesmo é incentivar o trabalho local e Festivais como este são fundamentais nesse sentido; são uma espécie de lançar de sementes, a partir do qual as coisas depois surgem como que espontaneamente, mas na realidade porque há um terreno preparado.

Foi uma alegria para mim, ter podido entrar em contacto com experiências tão enriquecedoras, mesmo para quem está habituado a ver toda a espécie de teatro, como é o meu caso.

* A APCT apoiou o FSTA, tal como o fizeram o APE (Associação Portuguesa de Escritores), SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) e ATADT (Associação Técnica e Artística da Descentralização Teatral).



Aspecto duma sessão prática de caracterização, integrada no programa da Acção de Formação Teatral

VIVA O 1.º DE MAIO

VIVAM OS TRABALHADORES PORTUGUESES

O Governo «AD», empenhado em destruir tudo o que o 25 de Abril trouxe de libertador para o povo português, tem sofrido alguns e fortes desaires em quase todas as frentes.

Na cultura também. Pese a falta de apoio oficial, a falta das normas e da atribuição dos subsídios atribuídos pelo Governo Pinheiro aos GTI.

Estes, com projectos, compromissos salariais para um dado montante de apoio da SEC, viram a situação alterada pela atribuição de um «subsídio de emergência» de valor igual ao concedido durante 1979.

Isto, é claro, reflecte-se no trabalho apresentado, na demora das estreas, na reconversão de projectos,

no desgaste psíquico dos trabalhadores que, no dia-a-dia de incerteza têm que ter uma actividade criativa.

Assim «A BARRACA» estreou «Preto no Branco» de Dario Fo/Hélder Costa e «E Menino ou Menina?» colagem de textos de Gil Vicente; «A COMUNA», o magnifico texto de Schwartz «O Dragão» e «As Despedidas da Gra-Duquesa», de Bernard da Costa; «O GRUPO 4», «Andorra», de Max Frish; «OS CÔMICOS» «Memória com Objectos» a partir de um texto de Eduarda Dioni-sio; «CORNUCOPIA» «Capitão Schelle, Capitão Epco», de Rezvani, e o «GRUPO DE TEARO HOJE» repôs a «Miss Júlia», de Strindberg.

Em breve e vítimas da situação criada pela SEC, vão estreiar «CAM-

POLIDE», «CASA DA COMÉDIA» e o «TEATRO VASCO SANTANA».

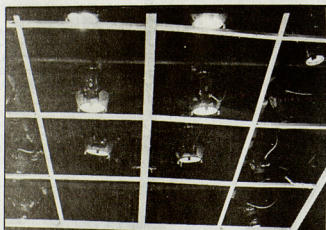
É claro que estamos em Maio e que muitas destas estreas, em situação normal, já teriam acontecido e tinham transformado este ano teatral em mais um ano de plena actividade e rendibilidade dos GTI.

MAS QUER A «AD» QUEIRA OU NÃO, OS TRABALHADORES VÃO GANHAR!

Têm do seu lado o futuro, a razão!

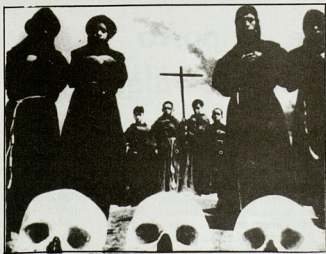
MANUEL MARCELINO

P.S.: A RTP gravou «O DRAGÃO» e «D. JOÃO VI». Quem não viu esteja atento: vale a pena ver.

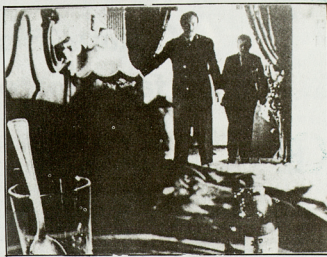


♦ «A Barraca» — «Preto no Branco»
 ▶ «Grupo 4» — «Andorra»
 ▶ «Comuna» — «O Dragão»





Eisenstein: «Que viva México»



Orson Welles: «O Mundo a seus pés»

A linguagem artística do filme (8)

Plano e profundidade de campo

QUANDO nos números anteriores, a propósito da montagem do filme, apresentámos como exemplos históricos de montagem, a montagem de «atracções» do realizador soviético Eisenstein e a «montagem no plano» do realizador norte-americano Orson Welles não o fizemos para defender preferências nossas e muito menos por acaso. Na história da arte do cinema Eisenstein e Orson Welles são duas figuras privilegiadas que contribuíram decisivamente para a evolução da linguagem do filme. São duas concepções diferentes, mas ambas de uma importância fundamental. A razão por que escolhe-mos justamente para exemplos estes dois autores é porque acreditamos que as suas concepções de montagem influenciaram de uma maneira decisiva e importante a maioria dos grandes criadores de filmes. A justificação do que acabamos de afirmar não cabe nos estreitos limites do nosso trabalho nestas páginas, que é essencialmente de divulgação.

Seria, porém, interessante que o leitor pudesse verificar, mais uma vez, como o uso que se faz dos códigos da linguagem pode variar, nomeadamente da linguagem artística; comparar a maneira como Eisenstein e Orson Welles usam de maneira diferente uma determinada componente da linguagem fílmica.

A característica dominante da concepção de montagem de Orson Welles é, como exemplificámos no número anterior, a montagem dentro do plano (que procura diminuir o efeito do corte), isto é, o plano seqüência. É uma concepção de montagem que visa sobretudo um efeito visual de grande intensidade dramática. Ora, no plano seqüência, os personagens são colocados separadamente em zonas de espaço cada vez mais distanciadas de maneira que o espectador possa assistir a uma simultaneidade de acções.

Sendo assim nós vemos os personagens (ou objectos) que estão situados mais à frente numa dimensão maior, provocando um

forte contraste visual com os elementos mais distanciados do plano. O fotograma do plano de «O Mundo a Seus Pés» que apresentámos no número anterior é neste sentido exemplar. A imponente massa da figura de Kane domina todo o espaço do plano e inferioriza os restantes personagens.

A este processo de organização das figuras e objectos no espaço chamamos em cinema profundidade do campo visual (visto através da máquina de filmar, evidentemente). É um processo usado frequentemente por Orson Welles nos seus filmes e está intimamente ligado à concepção de dramaticidade do plano seqüência.

Mas quer isto dizer que Eisenstein não tenha também utilizado nos seus filmes, com igual importância, a profundidade de campo visual? Fé-lo e com um rigor artístico raramente inultrapassável. Só que a intenção com que Eisenstein emprega a profundidade de campo é diferente da de Orson Welles. Eisenstein usa a profundidade de campo como uma

valorização da sua concepção épica da arte do filme quase sempre com um rigor plástico muito próximo da pintura. O exemplo que agora apresentamos, extraído do seu filme inacabado «Que Viva México» é de uma grande beleza e ao mesmo tempo de profundo empenhamento ideológico, como é habitual nele. O plano é construído estática e simetricamente. O rigor da sua composição reforça a crueldade do que Eisenstein nos procura dizer. As três caveiras colocadas à frente, com uma inquietante dimensão, opõem-se à cruz transportada pelos sacerdotes situados ao fundo, simbolizando assim a opressão da colonização espanhola no México, que como suporte ideológico para o extermínio físico e cultural do povo índio. Este plano é contudo muito curto e a valorização da sua significação depende, como é habitual em Eisenstein, do confronto com outros planos do filme.

Vejam agora um outro exemplo de plano com pro-

Cultura física e desporto do fascismo aos nossos dias

Em todo o tempo, é tempo de recordarmos as profundas transformações operadas na Cultura Física e no Desporto em Portugal, tomando como elementos de comparação o «antes» e o «após» 25 de Abril. Sobre tudo quando à entrada do sétimo ano da «Revolução dos Cravos» toda a acção do poder governativo desencadeia uma forte ofensiva às conquistas alcançadas, em claro processo regressivo, anticonstitucional.

Porque as actividades físicas foram desde sempre, privilégio das classes dominantes, as massas trabalhadoras e mais desfavorecidas estavam marginalizadas no período fascista, sendo-lhes negada a melhoria das condições de vida e de trabalho e todas as formas de valorização humana e social.

Com uma evidente preocupação de dissociar o desporto da política, as estruturas existentes tentaram manipular e controlar os mais jovens, sem cuidar do apoio ao seu desenvolvimento nos estabelecimentos de ensino, não formando quadros e instigando a rivalidade competitiva de cariz «clubista».

Por seu turno, o desporto amador era apenas tolerado, com limitações de toda a ordem, já que não havia aí condições de livre-acesso à exploração

que uma «certa» alta competição permitia, enquanto espectáculo. Este, essencialmente virado à comercialização e estimulado por certos meios de comunicação social, tirava partido da divisão entre as populações, decorrente da «clubite» alienante e, buscando dividendos políticos nas modalidades de eventual saliência internacional. São disso exemplos flagrantes, os que nos foram dados pelo «Mundial» de futebol em 1966 e pelo hóquei em patins, ao longo de anos. Será que o terceiro lugar de Portugal, em Londres, mesmo com Eusébio e Companhia, correspondeu ao verdadeiro desenvolvimento do desporto e em particular, do futebol, no nosso país?... Será que nos êxitos de alguma patinagem portuguesa existe uma relação directa com o número de praticantes que envolve?...

Quanto ao desporto de trabalhadores, ele foi orientado por um projecto corporativista da ex-FNAT, submetido ao controlo capitalista que o utilizava como veículo publicitário em campeonatos de falsa competição, para lhes desviar a atenção dos problemas laborais, dividindo-os com ilusórias «regalias» de praticante e aumentando-lhes assim a sua capacidade produtiva com actividades salutaras que apenas beneficiavam o próprio patronato.

O que era, pois, o desporto português de alta competição? O ponto alto do desenvolvimento desportivo acompanhado por preparação científica, como resultante do desejo do Homem em superar-se a si próprio?... Não. Apenas uma intensa comercialização do espectáculo e de todos os seus acessórios, que uma população frustrada no seu quotidiano procurava em jeito de «escape», e a própria sobrevalorizando aspectos cuja importância reduzida era elevada à dimensão nacional.

Com a profunda transformação da sociedade portuguesa, operada em 25 de Abril de 1974, a política desportiva que orientou a acção dos Governos Provisórios, assentou fundamentalmente na democratização da sua prática, extensiva às massas trabalhadoras em geral, criando as condições mínimas para a sua sensibilização. Nesse sentido, procurou-se esclarecer as populações da importância da Cultura Física e do Desporto, tendo sido «refrescada» a sua estrutura com novos quadros dirigentes, sob inspiração de planos progressistas de acção, extensiva às mais pequenas associações desportivas e recreativas, sem esquecer o verdadeiro papel da alta competição e suas exigências.

Daí que tenha surgido

um afluxo cada vez maior de cidadãos de todos os escalões etários, interessados nos benefícios de «uma vida sã em corpo sã». A iniciativa popular foi então significativa, não só pelos núcleos que apareceram por todo o País, mesmo nas zonas mais desfavorecidas, como pelo movimento voluntário de animadores desportivos. Foi, muitas vezes, à custa da mão-de-obra local gratuita, que puderam ser construídas instalações e outros meios de dinamização. A vasta documentação produzida para formação e informação de técnicos e praticantes foi uma das formas actantes aos vários níveis dos implicações no processo. O desporto federado também conheceu então uma fase de dignificação e consciencialização com uma melhor distribuição de verbas e apelo à discussão e participação democráticas na estrutura desportiva.

Os exemplos que se verificaram negam, por si só, toda a campanha que tem vindo a ser desencadeada nos Governos constitucionais, pondo em causa o espírito que presidiu à acção global e os seus efeitos, no intuito de, fundamentalmente, pôr em causa a própria Constituição Portuguesa que a consagra como sendo o Desporto um Direito do Povo.

ÁLVARO ESTEVES

fundidade de campo, agora do filme de Orson Welles, «O Mundo a Seus Pés», do qual mostramos também um fotograma.

O que ressalta logo à vista é a grande dimensão

do copo com uma colher dentro, ao lado de um frasco de comprimidos. Kane acompanhado, situa-se ao fundo. Entre Kane e o copo sobre a mesa de cabeceira está a cama com a sua mulher mergulhada na obscuri-

dade. Eis uma construção de plano em profundidade de campo tão característica de Orson Welles. O espectador percebe de imediato, pela disposição visual do copo, que a mulher de Kane se tentou suicidar. A dramaticidade do

plano de Welles opõe-se à concepção épica e plástica do plano de Eisenstein mostrado aqui ao lado. O plano de Welles é a expressão de uma acção dentro da acção do filme.

DAVID LOPES

hálor
s os
eres-
e de
orpo
cular
não
apa-
País,
mais
pelo
o de
ivos.
custa
gra-
ser
es e
niza-
nta-
rma-
écri-
uma
aos
lica-
des-
bém
fase
ons-
uma
ver-
ão e
licas
a.
e ve-
si só,
tem
cada
ucio-
sa o
u à
efeí-
nda-
em
titul-
con-
Des-
ovo.

EVES

se à
stica
stein
o. O
ex-
ccão
me.

OPES





AVO
30
O

FESTIVAMENTE

AMARILLO

SEN

O-ALM
TO DO
TO DE V
E LUTA
- PARA A P



VIVA O 1º DE MAIO
SINDICATO DOS TRANSPORTES FERROVIARIOS
E GARAGENS DO CENTRO E SUL

NACIONALIZACÃO S

CENTRO DE MERCADO

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS INDUSTRIAS QUIMICAS DO
CENTRO ILHAS



CAVIDE

SINDICATO DOS
TRABALHADORES

INDUSTRIAS

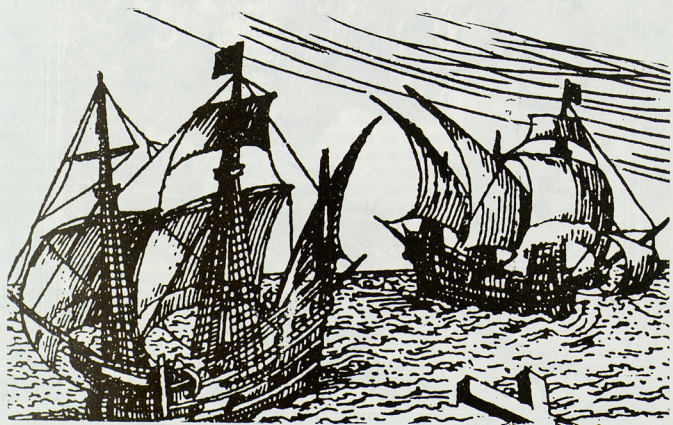
EX

IV CENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES

1580 1980



1^o MAI



“TINHA UMA FLAUTA”

Foi dito por um crítico alemão que Camões, só por si, vale uma literatura inteira. Esta referência, aponta-nos para a multiplicidade de correntes artísticas e ideológicas da época quinhentista que convergem na obra do poeta e para a diversidade de géneros e formas literárias que cultivou (épico, lírico – compôs sonetos, canções, odes, elegias, redondilhas –, dramaturgo); por outro lado e fundamentalmente, faz-nos reflectir no facto de a obra camoniana ser melhor conhecida e amada por alguns estrangeiros do que pela grande maioria dos portugueses.

O III Congresso da CGTP-IN aprovou, por unanimidade e aclamação, uma moção onde é exigida ao Governo a maior participação popular nas comemorações do IV centenário da morte de Camões, que ocorre em Junho deste ano. Tal moção enquadra-se num propósito de modificar a situação atrás referida, devida à utilização da obra do poeta – nomeadamente da epopeia – pelas forças reacconárias e obscurantistas, que nos dominaram e tentam de novo dominar, ao serviço da sua ideologia; pelas forças que intentaram (intentam) fazer da inestimável peça do património cultural português e universal que é a obra de Luís de Camões, uma peça pesada de museu, para os portugueses, a confundir-se em boa parte com a exaltação serôdia, caduca, dum império de triste(s) memória(s).

É nossa tarefa (re)descobrir essa obra, na qual (por via da qual) o poeta está vivo hoje, porque, como cantou um outro poeta:

(...)

*Morreram os reis que tinham impérios
morreram os príncipes que tinham castelos
mas ele não:
tinha uma flauta.*

(...)

*Ficou uma flauta que cantava.
E era uma Pátria.*

Manuel Alegre,
Luís de Camões (in. O Canto e as Armas)

MODERNIDADE DE CAMÕES

A modernidade da obra de Camões tem um duplo sentido:

– modernidade em relação aos valores culturais e formas literárias da época anterior à sua, isto é, da Idade Média;

– modernidade de um grande artista que, como tal, ultrapassou as fronteiras do tempo, projectando-se para o futuro e alcançando o nosso presente, através do canto perpassado

de vasta gama de sentimentos humanos intemporais, ou da aventura da expansão marítima, com seu verso e reverso (ontem como hoje), cuja fase de degenerescência última (a das guerras coloniais, no caso português) bem de perto nos toca ainda; aventura também ela relacionada, do lado do reverso, com o problema social e individual dos homens ausentes da pátria portuguesa, no outro lado do mar, no século XVI ou no século XX. Tema afim, são as desventuras do exilado, tão presentes na nossa experiência colectiva, nomeadamente das últimas décadas (exílio político, emigração) e que igualmente atravessam a obra do poeta.

Com a língua portuguesa por matéria-prima e instrumento de trabalho, enriquecendo-a incessantemente, o esforçado trabalhador intelectual que Camões foi, legou-nos um saber de experiência feito e uma arte inspirada nos clássicos greco-latinos então renascentes nas letras e artes europeias, que ele singularmente recriou nas letras portuguesas. Embora tenha vivido à margem dos círculos literários da época, a sua obra reflecte, como notam António José Saraiva e Oscar Lopes (1) «quase tudo o que se manifestou na literatura portuguesa de quinhen-

tos, através de autores tão diferentes como Bernardino Ribeiro, António Ferreira, Fernão Mendes Pinto, João de Barros, e até Garcia de Orta ou Duarte Pacheco Pereira.»

Essa obra é fonte onde, de alguma forma, os poetas e poetas portugueses continuam a beber: além de Manuel Alegre, já citado, podem referir-se, entre outros, Sophia de Mello Breyner, Herberto Helder ou Joaquim Pessoa, além de vultos imensos já desaparecidos, como Fernando Pessoa ou Jorge de Sena.

A Natureza/O Homem

Na canção «Vão Serenas as Águas», podemos encontrar um dos muitos exemplos da presença da natureza na poesia de Camões, como clássico enquadramento do seu sentir; a natureza, elemento por regra ausente da literatura medieval, não aparece aqui como mero adorno, mas em íntima relação com o homem (que no Renascimento tomou o lugar central, ocupado por Deus na cultura medieval).

*Vão serenas as águas
Do Mondego descendo,
Mansamente, que até ao mar não param;
Por onde minhas mágas
Pouco a pouco crescendo,
Para nunca acabar se começarem.*

(...)

*Nesta florida terra,
Leda, fresca e serena,
Ledo e contente para mim vivia;*

(...)

A relação entre o homem e a natureza nem sempre é, porém, idílica. Na gesta dos marinheiros portugueses cantada por Camões, encontramos, em vários passos, violentos fenómenos naturais que os viajantes tiveram de enfrentar, dominando o espanto e o medo, para poderem prosseguir.

*Vi, claramente visto, o lume vivo
Que a marítima gente tem por Santo,
Em tempo de tormenta e vento esquivo,
De tempestade escura e triste pranto.
Não menos foi a todos excessivo
Milagre e cousa, certo, de alto espanto,
Ver as nuvens, do mar com largo cano,
Sover as altas águas do oceano.*

(canto V - 18)

O Homem/O Corpo

O homem, na épica camoniana, é portanto um homem profundamente vivo, conhecedor da

coragem mas também do medo, do orgulho, da alegria... e da doença (o escorbuto, que vitimou muitos homens nas naus das descobertas) ou do prazer do corpo: o corpo, maldito na Idade Média como de algum modo maldito chegou aos nossos dias. A sua (re)descoberta, que é uma das constantes da poesia portuguesa actual (Eugénio de Andrade, Maria Teresa Horta, Herberto Helder, Maria Velho da Costa, por exemplo), encontramos-a também em Camões.

*Oh! Que famintos beljos na floresta
E que mimoso choro que soava!
Que afagos tão suaves, que ira honesta,
Que em risinhos alegres se tomava!
O que mais passam na manhã e na sesta,
Que Vénus com prazeres inflamava,
Melhor é experimentá-lo que julgá-lo;
Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo*

(canto IX - 83)

Esta estrofe é uma das que compõem o episódio da liha dos Amores, puritaneamente excluído pelo obscurantismo fascista, do obrigatório estudo escolar (escolástico) dos Lusíadas.

Liberdade/Independência Nacional

Porque genial, Camões não podia fazer vis cedências à ignorância. Contemporâneo duma censura feroz efectuada pelos jesuítas, a Inquisição (a Pide daquele tempo), o poeta exaltou a liberdade de expressão, por exemplo no soneto «Nunca em Amor Danou Atravimento», que é um elogio à coragem:

(...)

*Porque sempre a encolhida cobardia
De pedra serve ao livre pensamento*

(...)

Ele denuncia mesmo a censura inquisitorial, num passo dos Lusíadas, quando, criticando a incuria de missionários (alusão implícita aos jesuítas), segue assim:

*Mas passo esta matéria perigosa,
E tornemos à costa debuxada.*

(...)

(canto X - 120)

Questão de extrema actualidade, pois, quando os censores ao serviço do Governo «AD» procuram calar-nos a voz, uma vez mais.

O alto valor da liberdade está presente em Camões também no sentido de pátria independente/povo livre, explícito, por exemplo, na narrativa da batalha de Aljubarrota, onde se defendia a independência nacional.

(...)
«Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguala,
Defendei vossas terras, que a esperança
Da liberdade está na vossa lança!

(canto IV - 37)

Exílio(s)

As redondilhas «Sobre os Rios», entre outros poemas, são um canto de exilado em terras inóspitas (Babilónia), que recorda com saudade a pátria (Sião): situação comum dos exilados, dos imigrantes.

*Sobre os rios que vão
Por Babilónia, me achei
Onde, sentado, chorei
As lembranças de Sião
E quanto nela passei.*
(...)

Idênticos sentimentos, alargados ao herói coletivo da epopeia, estão contidos nos Lusíadas.

*Já a vista, pouco e pouco, se desterra
Daqueles pátrios montes, que ficavam;
Ficava o caro Tejo e a fresca serra
De Sintra, e nela os olhos se alongavam.
Ficava-nos também na amada terra
O coração, que as mágoas lá deixavam.*
(...)

(canto V - 3)

VALORES PROGRESSISTAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA NA POESIA DE CAMÕES

Para um grande número de portugueses, traumatizados pela besta colonial-fascista, a expansão marítima identifica-se apenas com os males do colonialismo; assim se tem minimizado a coragem heroica do povo que a tornou possível e o saíto em frente que essa mesma expansão constituiu na história da humanidade, tanto mais quanto o discurso passadista tem pretendido fazer da gesta das descobertas sua bandeira. Contudo, a descoberta, na Idade Moderna, de mares e continentes desconhecidos; por parte de alguns povos europeus (com lugar destacado para os portugueses), foi feito realmente do maior heroísmo, tanto ou mais arriscado e prodigioso então, quanto as viagens espaciais o são hoje; daí resultou progresso imenso no conhecimento e o florescimento exuberante da criação artística e literária.

Atento e sensível à realidade circundante, Camões propôs-se cantar:

*As armas e os varões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados
Passaram ainda além da Tapobrana, (2)
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;*

*E também as memórias gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África, e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valorosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei por toda a parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.*

(canto I-1,2)

A proposição dos Lusíadas está imbuída dum espírito de conquista e também de cruzada contra os «inféus»? Está. Para começar, recorde-se que o espírito de cruzada é ainda forte no tempo de Camões (Alcácer Quibir acontecerá perto da sua morte); depois, recorde-se que, a quem viveu num estádio de desenvolvimento em que longuíssimas viagens por mares desconhecidos se empreendiam numas fráguas caravelas de pinho, não pode exigir-se a compreensão e o respeito por civilizações desconhecidas, por povos cujos costumes se apresentavam incompreensíveis; compreensão e respeito exigíveis quando se demandam outros planetas em aparelhos sofisticadíssimos, quando existe um apreciável grau de conhecimento no campo das ciências sociais, das ciências humanas (conhecimento, de resto, devido aos antepassados graças a quem, a partir de dado momento, foi possível conhecer uma grande diversidade de povos, em diferentes momentos de evolução histórica, e foi possível vir a superar preconceitos que legitimavam relações hegemónicas).

Na canção «Com Força Desusada», lê-se, relativamente à terra longínqua do cativo:

(...)

*A lusitana gente,
Por armas sanguinosas,
Tem dela o senhorio.*

(...)

A violência da colonização não é aqui escamoteada; nem louvada nem criticada: é constatada.

A Mudança/O Progresso

O valor que atribuímos à colonização, de qualquer modo, é necessariamente diferente do que lhe era atribuído então pelos europeus colonizadores: quatro séculos de valores mutáveis

nos separam ideologicamente de Camões, apesar da sua modernidade, que chega a ser, como vimos, sinónimo de actualidade.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

(...)

*Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades*

(...)

(soneto «Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades»)

Camões tinha consciência do movimento imparável da história das humanas gentes, essa lei inexorável da vida que é factor de progresso. No seu tempo, a expansão marítima foi consequência e causa de mudança(s), de progresso... imparável, apesar das vozes desesperadas do passado, resistindo-lhe (nos Lusíadas corporizadas no Velho do Restelo).

*Oh! Maldito o primeiro que, no mundo,
Nas ondas vela pôs em seco lenho!
Digno da eterna pena do Profundo,*
(...)

(canto IV – 102)

Podemos encontrar na mesma fala a profecia de tragédias futuras:

*A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos e esta gente?*
(...)

(idem – 97)

Tais tragédias não implicam porém, necessariamente, a contestação do já referido contributo da epopeia dos portugueses para o progresso; é a dialéctica histórica, a dialéctica da vida.

O Progresso/A Coragem

Do feito histórico dos portugueses que foi a descoberta do caminho marítimo para a Índia, enquanto vitória dos seres humanos sobre a natureza dominadora e ameaçadora, da coragem determinante dessa vitória, é símbolo o episódio do gigante Adamastor:

(...)

*De disforme e grandíssima estatura;
O rosto carregado, a barba esquelada,
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má e a cor terrena e pálida;
Cheios de terra e crespos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos.*

*Tão grande era de membros, que bem posso
Certificar-te que este era o segundo
De Rodés estranhíssimo Colosso,*
(...)

*Com tom de voz nos fala, horrendo e grosso,
Que pareceu sair do mar profundo.*
(...)

*E disse: «O gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes coisas,*

(...)

*Pois vens ver os segredos escondidos
Da natureza e do húmido elemento,
A nenhum grande humano concedidos*
(...)

*Sabe que quantas naus esta viagem
Que tu fazes, fizerem, de atrevidas,
Inimiga terão esta paragem,
Com ventos e tormentas desmedidas!*
(...)

(canto V – 39,40,40,41,42,43)

O que nada tinha, mas... «tinha uma flauta»

Numa sociedade mercantilista (pré-capitalista), não foi portanto a corrida ao ouro (quem diz ouro, diz pedras preciosas, especiarias, etc), intimamente ligada à expansão marítima, que Camões glorificou; sobre isso escreveu, criticando a corrupção sem poupar classe ou estrato, dominante ou ascendente:

*Este rende muridas fortalezas;
Faz traidores e falsos os amigos;*
(...)

*Este deprava às vezes as ciências,
Os juízos cegando e as consciências;*
(...)

*Este interpreta mais que subtilmente
Os textos; este faz e desfaz leis;*
(...)

*E mil vezes tiranos torna os reis;
Até os que só a Deus omnipotente
Se dedicam, mil vezes ouvireis
Que corrompe este encantador, e ilude;*
(...)

(canto VIII – 98,99)

Camões insurgiu-se também contra os privilégios e a fortuna alcançados por meio da lisonja, do compadrio:

*Outros também há grandes e abastados,
Sem nenhum tronco ilustre donde venham:
Culpa de reis, que às vezes a privados
Dão mais que a mil que esforço e saber
tenham.*

(idem – 41)

O grande poeta que, embora de origem aristocrática, viveu pobre e não prezava os bens materiais; que teve uma escrava por amada e a cantou em seus versos; que viveu bastante marginalmente à ordem estabelecida... este grande poeta repudiaria decerto a apropriação que da sua obra têm feito os detentores do poder/opressores do nosso/seu povo, cujas lutas hoje cantaria como ontem cantou: ele que entendia a mudança, exaltava a coragem e a liberdade e... «tinha uma flauta».

(1) in. História da Literatura Portuguesa, Porto Edit.



IGE



ORÉF
A JORNADA D



DESTACÁVEL DA "ALAVANCA" N.º 36